

RESOLUÇÃO Nº 13/2024-CPJ, de 3 de outubro de 2024

(D.O.E. MPPA 17/10/2024)

Reorganiza o Grupo de Atuação Especial de Inteligência e Segurança Institucional (GSI) do Ministério Público do Estado do Pará, define a estrutura, atribuições e dá outras providências.

O COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições legais, conferidas pelo art. 21, Subseção I, da Lei Complementar nº 057/2006, e

CONSIDERANDO a demanda crescente de produção de conhecimento no Ministério Público do Estado do Pará, notadamente no que pertine à disponibilização de informações que possam constituir elementos para inteligência e investigação;

CONSIDERANDO a premente necessidade de criar, definir e disciplinar as atividades de inteligência e segurança institucional;

CONSIDERANDO que a atividade de inteligência exige estrutura e metodologia próprias de acordo com a doutrina de inteligência do Ministério Público contida no anexo da Resolução n. 260, de 28 de março de 2023, do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO que, no âmbito deste Ministério Público, afigura-se necessário disciplinar a formulação, análise e atendimento aos pedidos de apoio aos serviços de operações de inteligência e operações ostensivas, realizados pelos órgãos de execução;

CONSIDERANDO a necessidade de desenvolver uma cultura de segurança no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará que englobe a proteção e a salvaguarda das pessoas, do material, das áreas e instalações e da informação, conforme Resolução n. 156, de 13 de dezembro de 2016, do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO a relevância da segurança institucional para o exercício livre e independente das funções constitucionais do Ministério Público;

CONSIDERANDO o cumprimento das disposições contidas na Resolução n. 116, de 6 de outubro de 2014, do CNMP e dos artigos aplicáveis da Lei 12.694, de 24 de julho de 2012, referentes às medidas de segurança contra ameaças a membros, servidores e/ou familiares, que não podem inibir o pleno exercício das funções ministeriais;

CONSIDERANDO que as novas tecnologias da informação possibilitaram a criação de bancos de dados voltadas à inteligência e investigação, com a necessidade de gestão das informações e organização do conhecimento produzido;

CONSIDERANDO a necessidade de uma estrutura central voltada ao controle do trânsito de informações sensíveis e ao tratamento adequado dos dados recebidos, armazenados e transmitidos;

CONSIDERANDO a necessidade de aplicar a Doutrina de Inteligência Ministerial e contrainteligência no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará, implementando

metodologias de produção do conhecimento e técnicas de análises mais eficazes, conforme disposto na Resolução nº 260/2023, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP);

CONSIDERANDO que, além da ausência de impedimento, por eficiência, eficácia e efetividade é proporcional, razoável e menos oneroso ao Ministério Público do Estado do Pará manter as áreas de atuação de inteligência e segurança institucional no mesmo grupo;

CONSIDERANDO, finalmente, que um dos objetivos previstos no Relatório Final do Planejamento Estratégico Nacional 2020/2029, elaborado pelo Conselho Nacional do Ministério Público, consiste em aperfeiçoar a atividade investigativa e de inteligência do Ministério Público.

RESOLVE:

CAPÍTULO I – SIGILOSO (RESTRITO AO GSI)

CAPÍTULO II – SIGILOSO (RESTRITO AO GSI)

CAPÍTULO III

DA ANÁLISE, DISTRIBUIÇÃO E FLUXO DOS PEDIDOS

Art. 22. O membro do Ministério Público do Estado do Pará interessado nos serviços prestados pelo Grupo de Atuação Especial de Inteligência e Segurança Institucional (GSI) deverá enviar o pedido à Coordenação preferencialmente, via sistema informatizado disponível pelo Ministério Público do Estado do Pará, utilizando o formulário eletrônico disponível na intranet ou, supletivamente, via formulário padronizado regulamentado por Ordem de Serviço da Coordenação do Grupo de Atuação Especial de Inteligência e Segurança Institucional (GSI), fazendo constar obrigatoriamente:

- I – número de registro do procedimento instaurado;
- II – breve resumo dos fatos investigados;
- III – objetivo a ser atingido e as hipóteses de investigação a serem respondidas;
- IV – cópia digitalizada das principais peças que compõem o procedimento de investigação; e
- V – em casos de urgência, a razão da excepcionalidade.

Parágrafo único. As cópias que instruirão o pedido deverão ser preferencialmente digitalizadas em formato PDF (*Portable Document Format*).

Art. 23. Fica vedada a remessa de autos originais ao Grupo de Atuação Especial de Inteligência e Segurança Institucional (GSI), os quais deverão permanecer em posse do órgão de execução ou departamento solicitante.

Art. 24. Recebido o pedido, cabe à Coordenação analisá-lo e decidir sobre sua admissibilidade com apoio técnico da Assessoria e/ou das Coordenadorias.

§1º. Não será admitido o pedido:

- I – desvinculado de procedimento formalmente instaurado;
- II – que prescindia de expertise técnica e profissional;

III – destinado à apuração de fato cuja diligência possa ser realizada por outros departamentos do Ministério Público do Estado do Pará;

IV – desprovido de informação ou documento imprescindível para sua análise.

§2º. Nas hipóteses dos incisos I e IV, cumpre à Coordenação do Grupo de Atuação Especial de Inteligência e Segurança Institucional (GSI), antes de decidir pela inadmissibilidade do pedido, notificar o interessado para complementação documental e/ou de informações.

Art. 25. Os pedidos endereçados ao Grupo de Atuação Especial de Inteligência e Segurança Institucional (GSI) serão atendidos em ordem cronológica de registro, de acordo com a capacidade técnica e operacional do órgão.

Parágrafo único. Terão, todavia, prioridade de atendimento os pedidos:

I – que envolvam risco à segurança de membros e servidores;

II – com evidência de risco de perecimento da prova ou objeto;

III – de prorrogação de interceptações;

IV – formulados pelo Procurador-Geral de Justiça (PGJ);

V – formulados pelo Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado (GAECO).

Art. 26. As demandas do Grupo de Atuação Especial de Inteligência e Segurança Institucional (GSI) serão cadastradas e movimentadas em sistema informatizado disponível pelo Ministério Público do Estado do Pará.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 27. O Grupo de Atuação Especial de Inteligência e Segurança Institucional (GSI) excepcionalmente poderá atender a pedidos de outros órgãos, desde que relevantes ao interesse público e ligados às atividades do Ministério Público do Estado do Pará.

Art. 28. A difusão ou envio de qualquer documento produzido pelo Grupo de Atuação Especial de Inteligência e Segurança Institucional (GSI) deverá ser autorizada por seu Coordenador ou pelo Subcoordenador.

Parágrafo único. Quaisquer informações ou documentos sobre as atividades e assuntos de inteligência produzidos, em curso ou sob a custódia do Grupo de Atuação Especial de Inteligência e Segurança Institucional (GSI), somente poderão ser fornecidos às autoridades que tenham competência legal para solicitá-los, observado o respectivo grau de sigilo conferido com base na legislação em vigor, em especial a Doutrina de Inteligência do Ministério Público.

Art. 29. Os órgãos de execução do Ministério Público do Estado do Pará prestarão a colaboração necessária ao exercício das atribuições da Grupo de Atuação Especial de Inteligência e Segurança Institucional (GSI), fornecendo-lhes dados, informações, documentos, acesso a sistemas informatizados e o apoio administrativo requeridos,

independentemente da apresentação de justificativas e motivos, em razão da natureza sigilosa de suas atividades.

Art. 30. O Grupo de Atuação Especial de Inteligência e Segurança Institucional (GSI) poderá contar em seus quadros com servidores efetivos e comissionados, servidores cedidos por outros órgãos, como policiais civis e militares, bombeiros militares, policiais penais e outros integrantes do sistema de segurança pública.

§1º. Caberá ao Grupo de Atuação Especial de Inteligência e Segurança Institucional (GSI) ter acesso a base de dados sobre conhecimentos específicos de servidores do Ministério Público do Estado do Pará na sua área de formação acadêmica, a fim de otimizar o recrutamento para o desempenho de atividades do Grupo de Atuação Especial de Inteligência e Segurança Institucional (GSI), fazendo a indicação fundamentada ao Procurador-Geral de Justiça.

§2º. O Procurador-Geral de Justiça disponibilizará ao Grupo de Atuação Especial de Inteligência e Segurança Institucional (GSI) a estrutura material e os recursos humanos indispensáveis ao eficaz cumprimento das disposições contidas nessa resolução.

Art. 31. Os integrantes do Grupo de Atuação Especial de Inteligência e Segurança Institucional (GSI) deverão observar os procedimentos de segurança previstos na produção, no manuseio e na tramitação de dados, informações e conhecimentos.

Art. 32. Aos servidores lotados no Grupo de Atuação Especial de Inteligência e Segurança Institucional (GSI) aplicam-se as mesmas regras, deveres e obrigações dos demais servidores do Ministério Público do Estado do Pará, ressalvados os casos expressamente excepcionados pela Administração Superior de acordo com as especificidades das atividades exercidas por este Grupo.

Art. 33. Os casos omissos serão resolvidos pelo Procurador-Geral de Justiça.

Art. 34. Fica revogada a Resolução CPJ nº 012/2017, de 06/11/2017.

Art. 35. Este ato entrará em vigor na data de sua.

SALA DE SESSÕES DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, em 3 de outubro de 2024.

CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR
Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça
Procurador-Geral de Justiça